

Planos para a Educação

A Educação brasileira convive há muitos anos com diagnósticos bem adjetivados e propostas bem intencionadas. Com a crise do sistema educacional brasileiro o assunto ganhou talvez o seu pior encaminhamento: transformou-se em tema *político* — não no bom sentido da palavra, enquanto definição de rumos para a área governamental básica, mas sim em tema típico do horário eleitoral. A partir daí, firmaram-se algumas verdades absolutas, alguns pontos indiscutíveis e muito, muito espaço na hora das promessas.

Bem vistas as coisas, todas as candidaturas dedicam o maior tempo possível para o tema, misturando-se todas em um quase mesmo lugar-comum. Nada foi muito diferente quando da divulgação oficial dos programas de governo, alguns dos quais comentamos aqui.

Nesta semana, divulgou-se o Plano de Governo do candidato Fernando Henrique Cardoso. As surpresas agradáveis existentes nessa proposta não atingiram a área da Educação. Em primeiro lugar por repetir dados estatísticos conhecidos há muito; apresentar de forma apocalíptica os milhões de crianças que estão "fora da escola" (há estatísticas para todos os gostos, que vão de quatro a sete milhões de excluídos) apenas endorsing a distorção absurda que vai priorizar primeiro o tijolo depois o aluno no ensino fundamental. O dado que realmente conta nessa questão é o do IBGE: 97% de nossas crianças podem ir à escola porque a sala de aula existe. Se bem utilizada, a mesmíssima rede física que temos hoje suportará todo um ciclo de evolução demográfica. Repetir que a burocracia "sufoca" a Educação e que se gasta "muito mal" o dinheiro a ela destinado, porque só a metade dos recursos públicos chega à sala de aula, é uma tautologia do conhecimento de todo brasileiro medianamente informado. O que fazer com esse dado é que é o problema. Apenas elencar um rosário de boas intenções repleto de verbos como estimular, criar, atuar e garantir não revela a existência de propostas viáveis.

Se os especialistas que estão no PSDB forem ouvidos, ter-se-á bons planos para a Educação

Insistir que se vai "promover a melhora da qualidade do ensino" juntamente com os Estados e municípios sem dizer como fazer isso preocupa. Educação hoje tem o notório sentido de capacitar recursos humanos a absorver novas

tecnologias; exige algo mais que treinamento mecânico, fruto de memorização e repetição. Exige um desenvolvimento cognitivo do educando para o novo. Quantos de nossos professores do ensino funda-

mental — reconhecidamente quase um quinto deles não completou o primeiro grau — podem ser reciclados para atender tal solicitação? Pôr em prática uma política (de elaboração federal, mas de implementação estadual e municipal) de verdadeiro atendimento ao docente do ensino básico não seria grandiloquente, mas com certeza seria eficiente. Reclamar que mais da metade dos recursos da Educação se esvaem no caminho entre o gabinete e a sala de aula, sem definir, por exemplo, uma política para o livro didático — que retire de algumas editoras nacionais e possivelmente, agora, estrangeiras a "tarefa" de normatizar de fato a Educação nacional como hoje acontece —, é desconhecer as realidades fundamentais da escola brasileira. Com os pesadelos de sempre, o que é bem pior!

Apresentar programas para a Educação brasileira sem tocar no que se pode chamar de *problemas sensíveis* a nada conduz. Se tocar nesses assuntos delicados — escolhemos dois entre outros — arranha interesses eleitorais, paciência. Há muito anos, essa área está à espera de uma política que privilegie de fato o setor público envolvido nela. É exatamente o que há anos pedem os técnicos do Banco Mundial, para citar também um único exemplo. Quadros de competência não faltam ao PSDB; muitos deles são co-autores de estudos — usados pelo próprio Banco Mundial em seus seminários internacionais, para ficarmos no exemplo já citado — sobre os motivos e as razões do grande malogro educacional deste país. Basta ouvi-los que uma corajosa proposta de mudança da Educação brasileira aparecerá.